



ST 12 - Dinheiro, política e democracia

3ª Sessão: Partidos políticos e financiamento eleitoral no Brasil

O financiamento partidário e o impacto na competição eleitoral

Autores: Marcela Tanaka
Rodrigo Dolandeli

O financiamento partidário e o impacto na competição eleitoral

Autores: Marcela Tanaka³
Rodrigo Dolandeli⁴

Resumo

O artigo busca compreender a dimensão do financiamento partidário enquanto variável dependente articulando-a ao papel do partido político. Assim, questiona-se a importância do repasse partidário no processo eleitoral, como também quem seriam os maiores beneficiados por eles e se existe diferença entre as instâncias partidárias nacionais e subnacionais na distribuição dos recursos. Os resultados encontrados através de dados descritivos e de análise de regressão logística binária apontam para a importância do capital político do candidato no recebimento dos recursos partidários. Além disso, encontramos que a lógica de distribuição partidária é diferente nas esferas nacionais e subnacionais. Variáveis que compreendem as características socioeconômicas, partidárias e de financiamento do candidato também importaram em ambos os modelos, embora fique clara a distinção do impacto delas em cada uma das análises.

Palavras-chave: Financiamento partidário, partidos políticos, seleção de candidatos

1. Introdução

Em setembro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela inconstitucionalidade das doações empresariais eliminando a principal fonte de recursos dos candidatos e partidos nas eleições⁵. O impacto desta medida somente poderá ser observado nas próximas campanhas municipais de 2016, porém, uma tendência esperada é a elevação do dinheiro público nas disputas. O artigo, entretanto, não pretende se ater ao debate sobre o financiamento público, mas sim analisar o comportamento de seu principal operador: os partidos políticos. Buscamos, neste sentido, compreender os padrões de financiamento partidário, explorando a lógica distributiva das legendas aos candidatos, bem como os seus determinantes.

Nesta tarefa, dialogamos com duas grandes áreas da literatura. A primeira se refere às dinâmicas próprias da organização partidária, dos processos de recrutamento e de seleção de candidatos e, sobretudo, da profissionalização da carreira política. E a segunda concernente ao debate acerca do financiamento eleitoral, seus padrões e efeitos sobre o

³ Mestranda em ciência política na Unicamp, bolsista CNPq

⁴ Doutorando em ciência política na Unicamp, bolsista CNPq.

⁵ A contribuição empresarial de campanhas foi vedada em setembro de 2015 após o julgamento da ADI 4650/2011 ajuizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

sistema político. São duas perspectivas teóricas, que trabalhadas articuladamente, dão conta de analisar não apenas a esfera eleitoral, mas igualmente a dinâmica interna das agremiações. Esta reflexão, a nosso ver, torna-se fundamental para a observação de como se opera o dinheiro na política.

O objetivo do artigo é explorar os determinantes do financiamento partidário, respondendo a três perguntas:

- i) Os repasses partidários importam no processo eleitoral?
- ii) Quais os maiores beneficiários dos recursos partidários?
- iii) Há divisão de tarefas entre instâncias partidárias (nacionais e subnacionais) na lógica distributiva de seus recursos de campanha?

A pesquisa se delimitou ao financiamento de campanha dos candidatos a Deputado Federal nas eleições de 2014 em cinco estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Piauí e Rondônia. Selecionamos estes casos justamente por possibilitarem a comparação entre distritos eleitorais que possuem elevadas, médias e pequenas magnitudes. Além disso, estes estados apresentam cenários diversos quanto à força política dos principais partidos do país, enriquecendo a nossa análise.

O artigo está dividido da seguinte maneira:

- i) Um debate teórico sobre o dinheiro na política e o papel da organização partidária neste processo;
- ii) Uma descrição geral do impacto do volume de recursos partidários nas eleições, comparando às demais fontes de financiamento: indivíduos e empresas;
- iii) Uma análise dos determinantes políticos e socioeconômicos dos candidatos quanto ao financiamento partidário, considerando tanto as instâncias nacionais, quanto as subnacionais.

2. Debate Bibliográfico

Com a suspensão das doações empresariais, o financiamento partidário passa a ser a principal fonte de financiamento dos candidatos. No entanto, esta tendência já se identificava antes mesmo da decisão do STF em 2015. A evolução dos repasses das

legendas aos candidatos e a diminuição das doações empresariais diretas já era visível entre as campanhas de 2006 e 2010 (SANTOS, 2014).

Esta dinâmica, por boa parcela da opinião pública, foi interpretada enquanto um efeito do que se denominou de “doação oculta”. Neste entendimento, as empresas financiariam candidatos intermediando suas doações pelos partidos como uma forma de burlar a transparência da prestação de contas. De maneira diversa, compreendemos que esse procedimento evidencia a importância da organização partidária na arena eleitoral, uma vez que passou a gerenciar maior volume de recursos. Este quadro ainda é pouco explorado nas pesquisas acadêmicas, que predominantemente se ocupam do investimento empresarial realizado nas campanhas.

O empresariado, sem dúvida, é o grande financiador eleitoral, seja de maneira direta ou indireta. As empresas passaram a ter maior destaque na literatura justamente por destinarem grandes somas de dinheiro nas campanhas influenciando fortemente o processo eleitoral (FIGUEIREDO FILHO, 2009; MARCELINO, 2010).

Outro ponto importante é destacar o balanço realizado por Mancuso (2015) sobre recentes pesquisas na área. O autor identificou três vertentes na análise do dinheiro na política.

A primeira é tratar o financiamento como uma variável explicativa do desempenho eleitoral. Assim, o dinheiro é pesquisado como o principal determinante do voto.

A segunda é analisar o financiamento enquanto variável explicativa de benefícios aos doadores. Neste caso, o dinheiro é visto como determinante do comportamento político dos atores no processo decisório, tendo em conta os ganhos obtidos pelas empresas após o investimento eleitoral.

A terceira é o financiamento enquanto variável dependente. Neste caso, a perspectiva é pesquisar os fatores que levam os doadores a financiarem campanhas. Observa-se, portanto, os interesses e motivações do financiador, ou mesmo de setores econômicos, evidenciados pelo padrão de investimento. Esta terceira abordagem é particularmente a que utilizamos no presente artigo, pois buscamos compreender os determinantes que levam os atores a financiar campanhas, bem como suas preferências.

Dado um novo quadro normativo, no qual as doações empresariais foram vedadas, o empoderamento financeiro dos partidos (ou “doações ocultas”) visto recentemente

poderia ser mantido através do dinheiro público. Com base nesta conjectura, o debate acerca do financiamento público ganha ainda mais seriedade no caso brasileiro.

A literatura tende a retratar o financiamento público enquanto uma tarefa do Estado em contribuir com a manutenção dos partidos, ponderando sobre a necessidade de haver transparência nesse processo (RUBIO, 2005). De acordo com Van Biezen (2004), essa tendência tornou-se cristalina no pós-guerra como um imperativo para o funcionamento do sistema político e, conseqüentemente, da própria democracia. Portanto, a utilidade pública do partido político, mesmo sendo uma organização de natureza privada, é o argumento central para que o Estado se responsabilize pela conservação das legendas.

Os partidos políticos enquanto instituições desempenham papéis fundamentais na organização da vida política. Não cabe no escopo deste trabalho a discussão da vasta bibliografia que trata da evolução e adaptação dos partidos aos novos contextos democráticos, do qual o Brasil faz parte. Partidos, por definição, se distinguem de outras instituições porque atuam em arenas específicas e a seleção de candidatos é uma das atividades centrais da prática partidária (BRAGA, 2008; FREIDENBERG e LÓPEZ, 2008). É esse aspecto que interessa no presente debate.

Por um lado, uma parte da literatura institucionalista que analisa o caso brasileiro passou a questionar-se qual seria o impacto das definições do sistema eleitoral atribuídos pela Constituição de 1988. A literatura mais crítica argumenta que a opção pelo sistema presidencialista, proporcional e de lista aberta levaria, necessariamente, a uma baixa institucionalização dos partidos brasileiros e a ingovernabilidade (MAINWARING, 1993; AMES, 1995). Esse diagnóstico se refletiria nas organizações internas dos partidos, uma vez que haveria estímulos cada vez maiores pela personalização da disputa (MAINWARING, 2001). O argumento também se estenderia à seleção de candidatos. Para essa literatura, o arranjo institucional brasileiro diminuiria a força dos líderes, posto que a capacidade de ordenação da lista se deslocaria do partido aos eleitores, que a definiriam no momento da eleição. Os candidatos, portanto, seriam autosselecionadores e imersos em um processo amplo e aberto (SAMUELS, 2004).

Por outro lado, uma segunda corrente da literatura argumenta que as organizações partidárias brasileiras teriam controle tanto da arena legislativa (FIGUEIREDO e LIMONGI, 2001), quanto da montagem das listas de candidatos (TAVARES, 1999; NICOLAU, 2006). Partindo do pressuposto de que os candidatos que vão às urnas são previamente selecionados pelos *gatekeepers* (GALLAGHER e MARSH,

1988) por meios tanto formais quanto informais, argumenta-se que as lideranças partidárias teriam controle efetivo sobre o processo de seleção dos postulantes (GUARNIERI, 2004). Em termos formais, a medida adotada são os estatutos partidários que, à luz de Braga (2008) e Braga, Veiga e Miríade (2009) variam em termos de graus de inclusão e exclusão de candidatos. O processo de seleção também estaria sujeito à estrutura de autoridade partidária, ou seja, em partidos mais centralizados as lideranças nacionais tenderiam a ter um peso maior no processo de seleção, ao passo que em partidos com estrutura mais descentralizada, a tomada de decisão estaria concentrada na arena local.

Controlar o processo de seleção importa para as lideranças, segundo Guarnieri (2004), porque garante estabilidade interna do partido, ao diminuir a competição intrapartidária, o que acaba por assegurar a posição destes líderes dentro das agremiações. O autor segue a concepção de Rahat e Hazan (2001), para entender de que forma essa liderança filtra os candidatos. O argumento é de que os partidos recorreriam ao desempenho anterior do candidato de forma a definir quais seriam as posições seguras na lista. Assim, todos os candidatos que atingissem a quantidade de votos obtidos pelo último postulante eleito no pleito anterior seriam considerados viáveis e, portanto, teriam mais chances de passar pelo filtro dos “porteiros”.

Além disso, ainda fica na mão do *selectorate* (órgão selecionador de candidatos) (ALVAREZ, 2007), os dispositivos informais, tais como a distribuição do tempo do Horário Propaganda Eleitoral Gratuita (HGPE) e a distribuição do Fundo Partidário (CERVI, 2011), o que daria aos partidos brasileiros a capacidade de ordenar informalmente a lista do partido, sendo também responsáveis pela criação de sua elite partidária (BRAGA, 2008). Esses dois recursos também seriam responsáveis pelo aumento de chances da vitória dos candidatos, isto é, a melhor estratégia para um político que teria pretensões de seguir carreira é a estratégia partidária (GUARNIERI, 2004). Tudo isso significa dizer que as hipóteses da existência de partidos fracos e de políticos estimulados pelo sistema a adotarem um comportamento individualista não sejam assim tão sólidas (GUARNIERI, 2004).

Em resumo, considerando o processo evolutivo pelo qual as organizações partidárias atravessaram ao longo dos anos, desde o partido de massas (DUVERGER, 1980) à cartelização do sistema partidário (KATZ & MAIR, 1995), é preciso destacar que recursos financeiros são retratados na produção acadêmica como elementos fundamentais da disputa interna pelo poder da organização (PANEBIANCO, 2005; SARTORI, 2005).

Isto torna, a nosso ver, essencial a observação dos padrões de financiamento partidário, uma vez que estão envolvidos neste processo não apenas a estratégia da autoridade partidária, mas principalmente os níveis de democracia interna das organizações (HAZAN, 2002).

3. Impacto do financiamento partidário nas campanhas.

Nesta seção serão abordados os dados selecionados para a pesquisa do financiamento. Dividimos em quatro tópicos: i) uma análise breve dos contextos políticos subnacionais; ii) uma descrição das fontes de financiamento político; iii) uma análise do capital político dos candidatos; e iv) uma análise dos modelos de regressão logística do financiamento partidário nacional e subnacional.

3.1. Contexto Político estadual

Como foi dito no início do artigo, o financiamento partidário será observado a partir de cinco conjunturas políticas diferentes, compreendendo os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Piauí e Rondônia⁶. O critério para a seleção dos casos foi observar magnitudes eleitorais distintas e também estados onde os principais partidos nacionais não sejam necessariamente os protagonistas da política subnacional. O contexto nos estados citados é o que segue.

Primeiro, consideramos as maiores magnitudes eleitorais (São Paulo e Rio de Janeiro).

O estado de São Paulo possui o maior colégio eleitoral do país, representando 22% do eleitorado nacional. Neste estado, a força política do PSDB se consolidou desde a eleição de Mario Covas ao governo do estado em 1994, sucedendo uma hegemonia anterior do PMDB. Desta campanha até 2014, quando o governador Geraldo Alkmin foi reeleito, contabilizamos vinte anos do PSDB vencendo todas as eleições, sendo as três últimas no 1º turno. O PT tem sido o adversário mais forte, embora tenha ficado apenas em terceiro lugar na última campanha alcançando 18% dos votos, atrás do candidato do PMDB, Paulo Skaf⁷.

⁶ Agradecemos imensamente as contribuições nesta seção de Jeison Heiler (Católica-SC), Vitor Sandes (UFPI) e João Paulo Viana (UNIR).

⁷ No contexto deste estado, PT, PSDB e PMDB lançaram 195 candidatos e elegeram 26 das 70 cadeiras em disputa. O PT teve 67 candidatos e elegeu 10, o PSDB teve 52 e 14 eleitos e o PMDB apresentou 76 candidaturas obtendo 2 eleitos.

A polarização entre PT e PSDB no estado, ao menos até 2014, era retratada como consistente e evidenciava de certa maneira a própria estabilidade da competição entre os partidos nacionalmente. Cenário que a literatura conceituou de “presidencialização” das campanhas, cuja dinâmica se reproduz progressivamente nas disputas subnacionais (SANDES-FREITAS, 2015).

O estado do Rio de Janeiro é o terceiro maior colégio eleitoral do país, representando 8,5% do eleitorado nacional. Neste estado, a polarização PT-PSDB, comparativamente ao cenário paulista, influenciou precariamente a competição estadual. Os dois partidos, embora sempre de lados opostos nas disputas são pouco densos eleitoralmente. Porém, na conjuntura política carioca recente o protagonismo pertence ao PMDB (SANTOS e TRAVAGIN, 2015), que elegeu os últimos três governadores⁸.

Com respeito aos distritos de magnitude eleitoral média, selecionamos Santa Catarina. Este estado possui um colégio de aproximadamente 4,8 milhões de eleitores, representando cerca de 3,4% do eleitorado nacional.

A campanha de 2014 neste estado, a exemplo do que foi visto no Rio de Janeiro, não evidenciou uma polarização entre PT e PSDB. O PT historicamente lançou sucessivas candidaturas próprias, mas nunca chegou ao segundo turno. E o PSDB sempre esteve colocado como força auxiliar de lideranças fortes no estado, até que em 2014 também apresentou um candidato próprio. Em resumo, PT e PSDB almejam uma relevância maior no estado lançando candidaturas próprias e demarcando o campo político⁹.

⁸ O melhor desempenho do PSDB ocorreu em 1994 quando Marcello Alencar foi eleito no auge da popularidade do Plano Real, aproveitando um momento político favorável que alçou o partido à Presidência da República com a eleição de Fernando Henrique Cardoso. E o melhor desempenho do PT ocorreu na campanha seguinte, em 1998, sendo vice da chapa vencedora, quando se coligou ao PDT. Na ocasião o governador eleito foi Anthony Garotinho e a vice Benedita da Silva.

Na última disputa os peemedebistas receberam o apoio do PSDB. Enquanto que o PT, aliado até 2010, ficou apenas em quarto lugar com a candidatura de Lindbergh Farias, tendo alcançado 10% dos votos. No estado do Rio de Janeiro, PT, PSDB e PMDB lançaram 107 candidatos e elegeram 14 das 46 cadeiras em disputa para o cargo de deputado federal. O PT lançou 36 e elegeu 5, o PSDB apresentou 41 e apenas 1 eleito e o PMDB teve 30 candidaturas e 8 eleitos.

⁹ Considerando a última campanha, boa parcela da base partidária do PT em nível nacional, dentre eles o PMDB e o PC do B, aderiu à candidatura de reeleição do governador Raimundo Colombo, candidato do PSD e egresso do DEM. Os petistas lançaram Cláudio Vignatti que ficou em terceiro lugar com 15% dos votos.

O PSDB em 2002 e 2006 esteve ao lado de Luiz Henrique, governador eleito pelo PMDB nas duas ocasiões. Em 2010 também se coligou à chapa vencedora de Raimundo Colombo. Porém, em 2014 mudou de estratégia apresentando Paulo Bauer, ficando em segundo lugar com cerca de 30% dos votos. Os dados das candidaturas catarinenses para deputado federal mostram que PT, PSDB e PMDB apresentaram 40 nomes e elegeram 9 das 16 vagas. Separadamente, o PT lançou 17 e elegeu 2, PSDB teve 12 candidatos e 2 eleitos e o PMDB 11 candidaturas e 5 eleitos. Isso mostrou o quanto estes partidos nacionalmente mais fortes dominaram a disputa proporcional no estado.

Por último, tratamos dos menores colégios eleitorais selecionados no artigo: Piauí e Rondônia. O primeiro representa cerca de 1,6% do eleitorado nacional e o segundo 0,8%.

Observando a conjuntura política destes estados, vimos que no Piauí o PT é o partido com maior capital político. Em 2014, o PT venceu a eleição no primeiro turno para governador com mais de 60% dos votos. Seu candidato, Wellington Dias, já havia governado o estado em outras duas oportunidades (2002 e 2006), vencendo também as disputas no primeiro turno, além de ter indicado seu sucessor em 2010, Wilson Martins (PSB), obtendo sucesso. Neves (2010) afirma que em termos de eleição de deputados no estado, pesa na decisão o fato do postulante já ter ocupado cargos no Congresso Nacional¹⁰.

Por sua vez, em Rondônia verificamos um processo político no qual o PMDB é partido mais competitivo. Nas últimas duas campanhas ele venceu as disputas para o governo do estado.

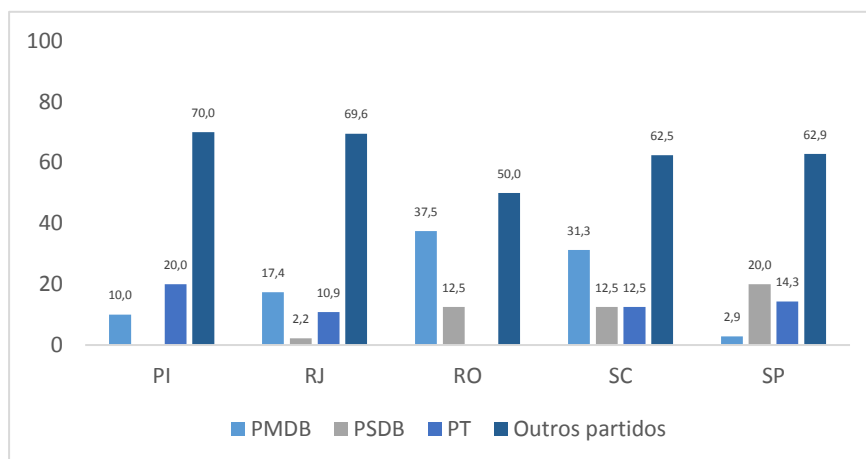
O PSDB teve um governador no estado quando em 2002 elegeu Ivo Cassol, que na campanha seguinte se reelegeu pelo PPS. Em 2014 o partido foi ao segundo turno, com seu candidato Expedito Júnior, mas perdeu para o PMDB que reelegeu Confúcio Moura. O PT, igualmente ao PSDB, tem lançado candidatos ao governo do estado, mas sem obter sucesso eleitoral¹¹.

O gráfico abaixo ilustra as bancadas de deputados federais dos estados selecionados, destacando o desempenho de PT, PSDB e PMDB em comparação aos demais partidos.

¹⁰ Neste estado ocorreu em 1998 uma das raras alianças entre PT e PSDB para eleições majoritárias. O PSDB lançou Francisco Gerardo a governador, tendo como vice Antônio José Medeiros do PT. A chapa ficou em terceiro lugar com apenas 13%. Desde então o PSDB sempre apresentou candidaturas próprias, ou coligadas opostas ao PT, mas obtendo resultados eleitorais bem inferiores. Para deputado federal, PT, PSDB e PMDB lançaram 7 candidatos e elegeram 3 das sete cadeiras do estado. O PT apresentou 6 e elegeu 2, PSDB não concorreu ao cargo e o PMDB teve uma candidatura apenas, que acabou por se eleger.

¹¹ Na última campanha o PT apresentou o candidato Padre Ton que ficou em quarto lugar com apenas 12,6% dos votos. Nessa conjuntura, foram lançados pelos três partidos analisados 25 candidatos. Eles elegeram exatamente metade das 8 vagas. O PT lançou 10 e não elegeu nenhum, PSDB teve 4 candidatos e um eleito e o PMDB 11 candidaturas e 3 eleitos.

GRÁFICO 1. Percentagem de deputados federais eleitos por partido e por estado em 2014.



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do TSE.

3.2. Descrição do financiamento político

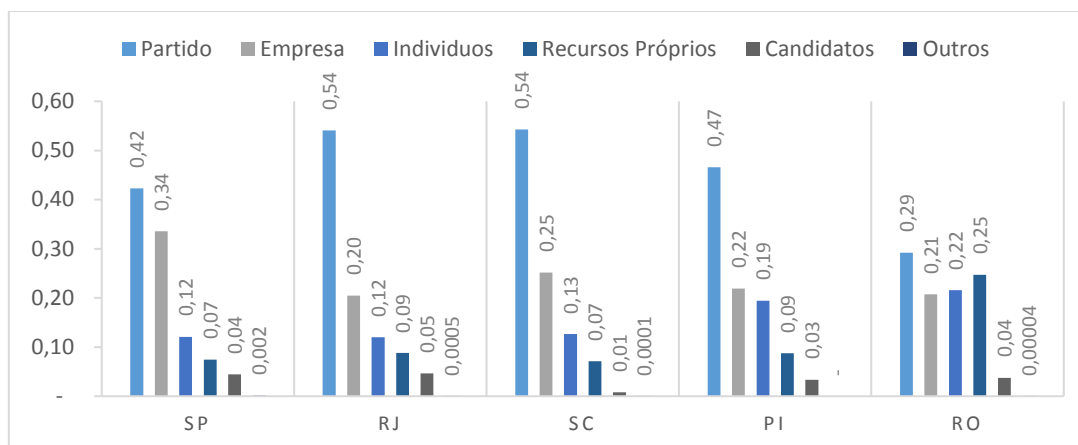
A seguir, passamos a descrever o peso do financiamento político em cada estado, considerando as diferentes fontes de financiamento¹². Para este cálculo utilizamos os dados da prestação de contas eleitorais disponibilizados pelo TSE.

O Gráfico 2 nos apresenta a proporção da contribuição de cada fonte sobre a receita total obtida pelos candidatos a deputado federal nos respectivos estados selecionados. Ou seja, trata-se de uma observação do financiamento “direto” recebido pelos candidatos a deputado federal.

O Gráfico aponta para o fato de que em todos os estados observados, o financiamento partidário representou a maior parte da receita arrecadada pelos candidatos. Entretanto esta proporção varia significativamente entre os estados. No Rio de Janeiro e Santa Catarina, mais da metade (54%) dos recursos eleitorais dos candidatos foi proveniente dos partidos. No Piauí e em São Paulo estes valores foram 47% e 42%. Apenas Rondônia apresentou uma proporção abaixo dos 30%.

¹² Sobre o financiamento partidário é preciso complementar a informação dizendo que optamos por agregar as doações realizadas tanto pelos diretórios partidários, quanto pelos comitês financeiros eleitorais, em uma única variável. A justificativa é que frequentemente os comitês eleitorais redistribuem seus recursos a candidatos, tal como é feito pelos diretórios partidários.

GRÁFICO 2. Porcentagem do financiamento partidário sobre a arrecadação total de candidatos a deputado federal. Eleição 2014, estados SP, RJ, SC, PI e RO.



Fonte: elaborado pelos autores em base nos dados do TSE.

A segunda maior fonte de financiamento eleitoral direto a candidatos a deputado federal foi a doação empresarial. Esta proporção esteve maior em São Paulo (34%), seguindo a casa dos 20% nos demais estados: Santa Catarina (25%), Piauí (22%), Rondônia (21%) e Rio de Janeiro (20%).

Sobre as demais fontes, Indivíduos, Recursos Próprios, Candidatos e Outros, apenas no Piauí e em Rondônia elas apresentaram um peso maior do que 15% sobre os fundos dos candidatos. Ressaltamos o impacto do financiamento de indivíduos aos candidatos no Piauí (19%) e em Rondônia (22%). Aliás, Rondônia foi o estado onde as diferentes fontes mais se equilibraram, destacando também o emprego de recursos próprios dos candidatos que chegaram a um quarto das suas receitas. Nos outros estados estes valores de recursos próprios foram bem menores: São Paulo (7%), Rio de Janeiro (9%), Santa Catarina (7%) e Piauí (9%).

A seguir, destacamos o financiamento das principais fontes de arrecadação dos candidatos: partidos, empresas e indivíduos. Ou seja, enquanto no gráfico 2 analisamos a composição da receita eleitoral dos candidatos de todos os partidos, considerando a proporção de cada fonte, nos gráficos a seguir desagregamos os partidos e a origem da doação. Portanto, passamos a observar adiante o impacto separadamente da doação de partidos, empresas e indivíduos na receita dos candidatos. Além de observarmos também a média de todos os partidos.

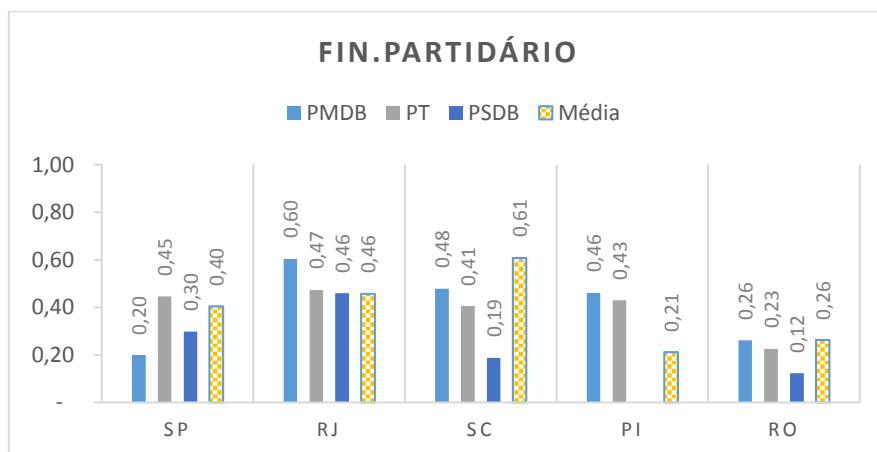
Com respeito ao financiamento partidário, PMDB, PT e PSDB variaram bastante a distribuição de seus recursos nos estados analisados. O PT, entretanto, foi o que

apresentou mais de 40% em todos os estados, à exceção de Rondônia, cuja taxa ficou em 23%.

Os candidatos do PMDB receberam mais financiamento partidário no Rio de Janeiro (60%). Em Santa Catarina (48%) e no Piauí (46%) estas proporções representaram quase metade dos recursos eleitorais dos candidatos, enquanto que em Rondônia (26%) e São Paulo (20%) ficaram abaixo dos 30%.

O financiamento partidário do PSDB não teve a mesma relevância dos partidos acima mencionados. A maior proporção ocorreu no Rio de Janeiro (46%). Em segundo lugar ficou SP com 30%. Em Santa Catarina este valor ficou abaixo dos 20% e em Rondônia representou apenas 12%. No estado do Piauí não verificamos lançamento de candidatos do PSDB.

GRÁFICO 3. Porcentagem do financiamento partidário do PMDB, PT e PSDB sobre a arrecadação total de seus respectivos candidatos a deputado federal. Eleição 2014, estados SP, RJ, SC, PI e RO.

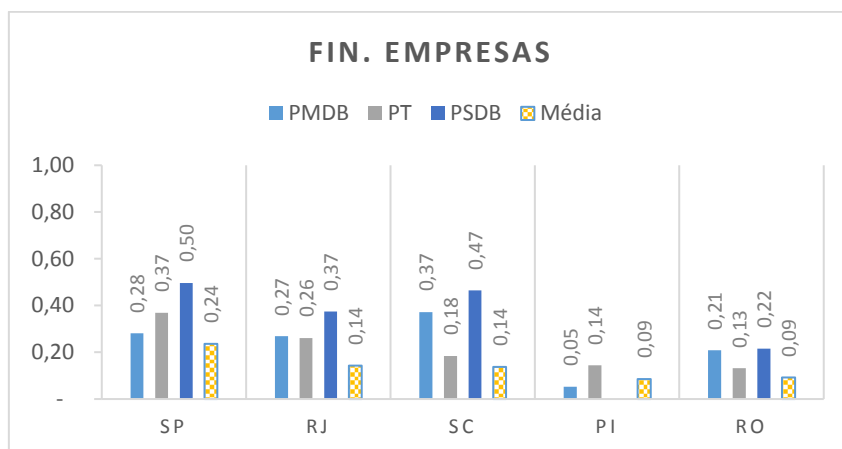


Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do TSE.

Por sua vez, analisando a distribuição do financiamento empresarial, por partido e UF (gráfico 4), o PSDB foi a legenda na qual seus candidatos foram mais impactados pelas doações de empresas. Isto ficou claro em São Paulo (50%), em Santa Catarina (47%) e no Rio de Janeiro (37%).

O financiamento empresarial destinado ao PT também foi mais forte em SP (37%), seguido do Rio de Janeiro (26%) e Santa Catarina (18%). Entretanto, para o PMDB o maior financiamento empresarial ocorreu em Santa Catarina (37%), sendo seguido de São Paulo (28%) e Rio de Janeiro (27%).

GRÁFICO 4. Porcentagem do financiamento empresarial sobre a arrecadação total dos candidatos a deputado federal do PMDB, PT e PSDB. Eleição 2014, estados SP, RJ, SC, PI e RO.

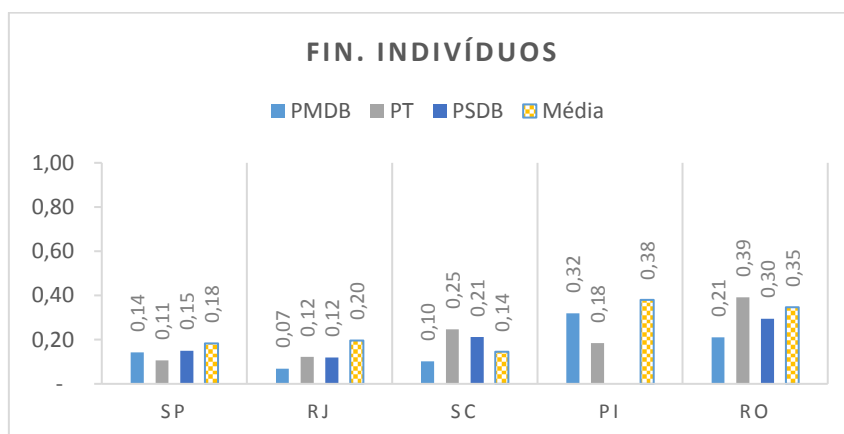


Fonte: elaborado pelos autores cm base nos dados do TSE.

A distribuição empresarial, considerando a média de todos os partidos, é possivelmente bem associada à magnitude do distrito. Em São Paulo o impacto destas doações na receita eleitoral dos candidatos foi de 24% e progressivamente chegou a 9% nos menores eleitorados (Piauí e Rondônia). Em comparação ao financiamento partidário (gráfico 3) esta correlação não ficou clara, demonstrando que testes estatísticos de associação entre as variáveis seriam necessários para melhorar a interpretação destes dados.

Neste sentido, o gráfico 5, que trata da proporção de financiamento individual, também sugere que há maior associação entre o impacto das doações de pessoas físicas na receita dos candidatos e a magnitude do distrito eleitoral.

GRÁFICO 5. Porcentagem do financiamento de indivíduos sobre a arrecadação total dos candidatos a deputado federal do PMDB, PT, PSDB, DEM e PSB. Eleição 2014, estados SP, RJ, SC, PI e RO.



Fonte: elaborado pelos autores cm base nos dados do TSE.

3.3. Análise do Capital Político dos candidatos

Nesta seção criamos uma variável que pudesse mensurar os tipos de capital político dos candidatos, sintetizando o desempenho eleitoral anterior (2010) com o de 2014.

Em primeiro lugar calculamos o desempenho dos candidatos a deputado federal nas campanhas de 2010 e 2014. Utilizamos a fórmula de fragmentação partidária (NEP)¹³, identificando, portanto candidatos que teriam sido eleitoralmente “efetivos” no estado. Assim observamos não apenas os eleitos, mas também políticos que eventualmente assumiram o mandato parlamentar em condição de suplência. De uma forma geral este cálculo de dispersão serve para mapearmos os políticos bem votados na campanha anterior, um fator importante na estratégia partidária. Em seguida, criamos quatro categorias, conforme descrito no quadro 1.

Quadro 1. Categorização Variável Capital Político

	Capital Político	2010		2014	
		NEP	Non NEP	NEP	Non NEP
1	Frequente	X		X	
2	Novo		X	X	
3	Antigo	X			X
4	Sem Capital		X		X

Fonte: elaborado pelos autores em base nos dados do TSE.

A descrição das categorias é a seguinte:

- i) **Capital político frequente** é a característica dos candidatos competitivos tanto na campanha de 2010, quanto na de 2014. Estes políticos confirmaram a expectativa em repetir o desempenho da eleição anterior.
- ii) **Capital político novo** é a característica dos candidatos que foram competitivos em 2014, mas que não apresentavam um sucesso eleitoral anterior.
- iii) **Capital político antigo** é a característica dos candidatos que tiveram boa votação em 2010, mas que não a repetiram em 2014. Ou seja, foram candidatos no qual se depositava uma expectativa eleitoral que acabou não se confirmando.

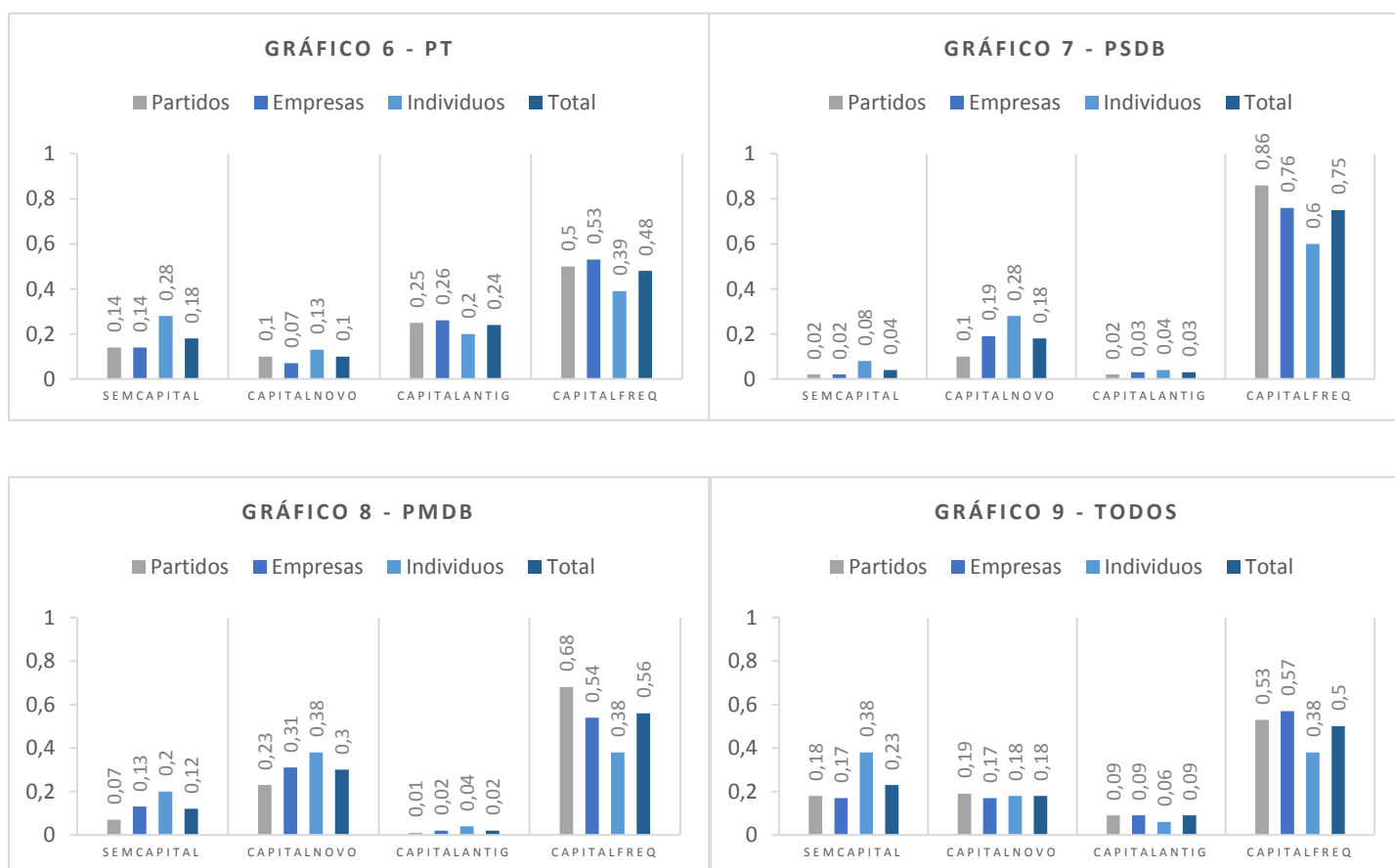
¹³ A fórmula do Número Efetivo de Partidos (NEP) originalmente foi criada por Laakso e Taagepera (1979) para analisar a fragmentação partidária ($1/\sum p_i^2$).

- iv) **Sem capital político** é a característica daqueles candidatos que não foram bem votados, considerando as duas campanhas observadas.

Abaixo, os gráficos demonstram a distribuição do financiamento de campanha a cada uma destas categorias de capital político. Passamos então a observar para onde o financiamento de partidos, empresas e indivíduos se direciona.

Em primeiro lugar confirmamos que os candidatos sem capital político foram aqueles que menos receberam financiamento de campanha (gráfico 9). Ao todo, somente 23% do dinheiro na política são destinados para estas candidaturas. Porém, se considerado apenas o financiamento de pessoas físicas esta proporção sobe para 38%. Indicando que candidatos iniciantes, ou que não tenham sido ainda bem votados anteriormente, tendem a angariar maior financiamento de indivíduos. Comportamento este, bem diferente de partidos e empresas que destinaram, respectivamente, apenas 18% e 17% de seus recursos aos candidatos sem capital político.

GRÁFICOS 6 A 9 – Distribuição do financiamento de campanha aos candidatos a deputado federal, considerando o Capital Político dos candidatos e os respectivos partidos. Eleição de 2014, estados SP, RJ, SC, PI



Fonte: elaborados pelos autores em base nos dados do TSE.

Em segundo lugar, dentre os candidatos que possuem algum grau de capital político, verificamos que metade de todo o dinheiro investido se direcionou aos que confirmaram o bom desempenho obtido na campanha anterior (“Capital Político Frequente”). Este direcionamento foi ainda maior considerando o financiamento empresarial (57%) e o partidário (53%). Enquanto que o de pessoas físicas foi bem menor (38%). Significando que as empresas, assim como os partidos, investem muito nos candidatos que conseguem manter seu desempenho político eleitoral.

Com respeito aos partidos, vimos que a distribuição dos recursos teve uma estrutura bastante similar. O dinheiro doado aos candidatos com capital político frequente foi maior em todas as legendas. Entretanto, se observado apenas a receita dos candidatos do PSDB (gráfico 7), o financiamento a estes candidatos foi muito superior. As empresas destinaram 76% de seus recursos às candidaturas peessedebistas, enquanto que esta proporção foi de 53% às petistas (gráfico 6) e 54% às peemedebistas (gráfico 8). Além disso, ficou evidente que candidatos do PSDB sem capital político são bem menos financiados em comparação aos do PT e PMDB.

Outra diferença importante entre os partidos se refere aos candidatos com “capital político antigo”. Estes que não confirmaram o bom desempenho da campanha anterior obtiveram bem mais doações quando observada apenas a receita dos candidatos do PT (gráfico 6). Enquanto que a receita dos peessedebistas (gráfico 7) e peemedebistas (gráfico 8) alcançou apenas 3% e 2%, respectivamente, a dos petistas chegou a 24%. Indicando duas interpretações: i) a expectativa eleitoral aos candidatos do PT foi sobrevalorizada financeiramente por parte do empresariado e indivíduos; e ii) as elites partidárias petistas buscaram financiar candidatos de sua preferência, com base no desempenho anterior, sem observar o real desenvolvimento de suas campanhas durante o processo eleitoral.

A composição da receita dos candidatos do PMDB, por sua vez, sugeriu um peso maior do capital político novo em comparação aos demais partidos. Cerca de 30% do financiamento dos peemedebistas se destinaram a estes candidatos (gráfico 8). Enquanto que para petistas (gráfico 6) e peessedebistas (gráfico 7) esta proporção foi de 10% e 18%, respectivamente. Ou seja, no caso do PMDB os financiadores parecem estar mais atentos ao contexto eleitoral que se desenvolve no processo, mapeando novas candidaturas potenciais.

Por fim, no caso do PMDB e PSDB, as empresas destinaram menos recursos a candidatos com capital político frequente (respectivamente 54% e 76%), em comparação ao financiamento partidário das respectivas legendas a seus candidatos (68%, 86%). Este dado é importante pois sugere que estes partidos dão maior suporte a candidatos com relevância eleitoral comprovada do que as empresas. Assim, inferimos ser possível as estruturas partidárias destas legendas estarem mais atentas a candidatos experientes eleitoralmente que apresentam bom desenvolvimento durante a campanha.

Lógica inversa ocorreu para candidatos com capital político novo do PSDB e PMDB. As empresas (PSDB 19% e PMDB 31%) e os indivíduos (PSDB 28% e PMDB 38%) buscaram financiar mais estes candidatos do que os seus partidos (PSDB 10% e PMDB 23%). Indicando que a direção do investimento empresarial e das pessoas físicas, de certa forma, foi em sentido à renovação dos quadros políticos.

3.4. Análise Modelos Regressão Logística

Nesta seção examinamos os determinantes do financiamento partidário por meio de técnicas de regressão logística multivariada que resultaram em dois modelos. O Modelo A diz respeito às doações partidárias nacionais e o Modelo B às subnacionais.

Dessa forma, analisamos as razões de chance de um candidato ter obtido ou não financiamento partidário. Observamos o perfil político e socioeconômico dos candidatos, dentre os quais destacamos as variáveis gênero, profissão, capital político e outros fatores tal como se discute na literatura produzida sobre o financiamento político.

Os dois modelos de regressão logística propostos se dividem cinco partes. A primeira congrega variáveis que dizem respeito às características dos candidatos. A segunda diz respeito às características socioeconômicas dos candidatos. A terceira é referente ao financiamento empresarial obtido pelo candidato. A quarta trata do conjunto de variáveis das características dos partidos políticos. E a última traz uma única variável para observarmos a influência de cada caso sobre o modelo, neste sentido, trata-se dos estados selecionados (SP, RJ, SC, PI e RO). Para uma observação detalhada das variáveis e do banco de dados consultar o Anexo.

No Quadro 2 informamos a porcentagem de acerto de cada modelo. Com respeito ao modelo A obtivemos uma porcentagem de 78,9%, no modelo B 95,2%.

QUADRO 2. Porcentagem de acerto dos modelos

Classification Table ^a						
Predicted						
Modelo A			Modelo B			
	non	PartNAC	Percentage Correct	non	PartSUB	Percentage Correct
Non	537	284	65,4	154	85	64,4
Part	151	1091	87,8	15	1809	99,2
Overall Percentage	78,9			95,2		

Fonte: elaborado pelos autores em base nos dados do TSE.

Resultados

Quanto à adequação dos modelos encontramos níveis satisfatórios de predição e consistência, ligeiramente maiores no Modelo B, conforme podemos observar no Quadro 3¹⁴.

Quanto aos resultados vamos nos basear no valor da função exponencial aplicada a cada coeficiente (Exp B), que representa a razão da chance de o candidato obter financiamento partidário, entre indivíduos da categoria em pauta, "descontando" o efeito das outras variáveis do modelo. Os valores todos se encontram no Quadro 3.

Acreditamos, com base nos valores apresentados pelos modelos, que conseguimos explorar as características que mais exerceram efeito sobre o financiamento partidário, seja do ponto de vista nacional, seja do subnacional. Em termos gerais, chamou a atenção o caráter de divisão de tarefas existente entre estas instâncias.

Sobre o primeiro conjunto de variáveis, os principais achados são os seguintes. O capital político do candidato é um fator significativo para que ocorra um financiamento eleitoral do diretório nacional. Ficou claro que candidatos fortes eleitoralmente tiveram mais chance de financiamento de instâncias nacionais. Por sua vez, a organização partidária subnacional financiou mais os candidatos sem capital político. Assim, no âmbito estadual ficou evidente uma provisão financeira a muitos candidatos, uma vez que a maioria dos postulantes não possui experiência eleitoral. Por consequência, esta lógica

¹⁴ Na regressão logística, para verificarmos a adequação dos modelos, utilizamos os "pseudos" r^2 . Quanto mais próximo de 1 os coeficientes de Cox & Snell r^2 e Nagelkerk r^2 estiverem, melhor para os modelos. Verificamos os dois apresentaram consistência, sendo ligeiramente mais intenso o Modelo B (Subnacional), uma vez que este apresentou o coeficiente Nagelkerke R Square de 0,554 e o Modelo A 0,486. Sobre o parâmetro "-2 Log Likelihood", quanto menor o índice maior a sua capacidade de predição. Mais uma vez o Modelo B expressou maior capacidade preditiva.

acaba proporcionando maior oportunidade a novatos na política, em comparação aos diretórios nacionais.

QUADRO 3. Análise multivariada. Regressão logística binomial. (Modelo A – Financiamento Partidário Nacional e Modelo B – Financiamento Partidário Subnacional)

			Modelo A			Modelo B		
			B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)
Características políticas do candidato	Capital Político	ref.: Sem Capital		,000			,000	
		Capital Frequente	,982	,000	2,670	-,848	,056	,428
		Capital Antigo	-,221	,380	,802	-1,613	,000	,199
		Capital Novo	1,153	,003	3,169	-2,597	,000	,074
	DIAP	ref.: Cabeça DIAP	1,103	,000	3,014	-1,380	,000	,251
	Lealdade	ref.: Mesmo Partido Eleição anterior	,649	,001	1,913	1,586	,000	4,882
Características socioeconômicas do candidato	Gênero	ref.: Feminino						
		Masculino	,701	,000	2,016	,100	,790	1,105
	DisposPolítica	ref.: alta disposição	,104	,564	1,110	1,167	,000	3,212
Financiamento empresarial do candidato	Grande Doador Empresarial	ref.: ter recebido doação de empresas efetivas financeiramente (grandes doadores).	1,316	,000	3,728	-,758	,082	,468
		Partidos	ref.: PT	,871	,007	2,390	-,827	,080
Características do partido do candidato	Partido Efetivo	ref.: Partido Efetivo na Câmara Deputados em 2010	1,830	,000	6,231	1,582	,000	4,863
		Ref. Quartil 1		,000			,000	
		Quartil 2	-1,088	,000	,337	-2,569	,000	,077
		Quartil 3	,389	,122	1,476	-4,605	,000	,010
	Quartil 4	,274	,406	1,315	-1,304	,052	,271	
	Governismo	ref.: partido pertencer à coalizão do governador na UF	-,216	,257	,806	1,778	,000	5,920
Ambiente da competição eleitoral. Casos Selecionados	UF	Ref: SP		,000			,000	
		PI	-,146	,553	,864	,249	,627	1,283
		RJ	-1,755	,000	,173	-,718	,116	,488
		RO	-,101	,772	,904	-3,428	,000	,032
		SC	,972	,000	2,643	-3,197	,000	,041
Constant			-3,475	,000	,031	3,540	,000	34,466
-2 Log likelihood			1854,876a			791,082a		
Cox & Snell R Square			,359			,284		
Nagelkerke R Square			,486			,554		

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do TSE. Método Enter.

Mod. A. VD - Candidato recebeu financiamento partidário nacional: Sim (1); Não (0)

Mod. B. VD - Candidato recebeu financiamento partidário subnacional: Sim (1); Não (0)

Com respeito ao segundo conjunto de variáveis, referente às características socioeconômicas dos candidatos, também obtivemos informações importantes. Por exemplo, os homens tiveram duas vezes mais chance de financiamento nacional em comparação às mulheres. Já no âmbito subnacional não houve coeficiente estatisticamente significativo. O trabalho Sacchet e Speck (2012) argumenta que as mulheres foram sistematicamente menos financiadas em 2006 e 2010. Aqui nós mostramos que para 2014 esta dinâmica também se reproduziu entre as instâncias partidárias.

No que tange à ocupação profissional, àquelas com maior disposição para a política exerceram no candidato um efeito positivo em nível subnacional. No Modelo B houve 3,2 mais chances de profissionais liberais e servidores públicos terem sido financiados por partidos. Entretanto, no Modelo A não houve significância estatística para esta variável.

As duas últimas variáveis analisadas demarcam diferenças importantes entre os candidatos. No Modelo A ficou acentuado o desequilíbrio político a favor dos homens, indicando que as mulheres obtêm menos prestígio das elites partidárias nacionais. No Modelo B ficou claro que o tipo de experiência profissional atrai a atenção da máquina local do partido.

O terceiro conjunto de variáveis na verdade diz respeito apenas ao financiamento empresarial obtido pelos candidatos.

O partido nacional investiu mais em aspirantes que também foram financiados por grandes doadores empresariais. Isto indica que o candidato ser estratégico nacionalmente para a sua organização partidária atrai a atenção dos grandes doadores de campanha em 3,7 vezes mais, comparativamente aos demais candidatos. Entretanto, esta variável não teve significância estatística no Modelo B.

O quarto conjunto de variáveis mostra as características do partido político. Neste ponto, primeiro é preciso ajustar a relevância do partido nacionalmente à realidade subnacional. Candidatos de partidos fortes na Câmara dos Deputados (“NEP”) tiveram 6,2 vezes mais chances de terem sido financiados por diretórios nacionais. Em nível estadual este coeficiente caiu para 4,8, porém se manteve elevado. Isto significa que candidatos de legendas fortes nacionalmente, independentemente da instância (nacional ou subnacional), tendem a obter maior ajuda financeira de suas organizações. Portanto, não houve tanta discrepância entre os dois modelos nesta situação.

Da mesma forma, a força partidária estadual não evidenciou divisão de tarefas entre as instâncias partidárias. Ter pertencido a agremiações que mais elegeram deputados federais no estado, considerando a campanha anterior, proporcionou ao candidato uma razão de chance de 33% de receber financiamento nacional. Neste caso, referimo-nos ao quartil 2 da variável “Força Partidária”¹⁵, que obteve significância estatística. No

¹⁵ Este quartil é superior ao quartil de referência no qual se encontram as legendas com menos deputados federais eleitos no estado.

Modelo B, o quartil 2 obteve uma razão de chance ainda menor, apenas 7% do candidato obter financiamento partidário. Ainda no nível subnacional, o quartil 4, que agrega as legendas com maior desempenho eleitoral do ano anterior, apresentou uma razão de chance de 27%. Ou seja, para o diretório nacional ou estadual financiar campanhas pouco importou a legenda ter eleito muitos deputados na eleição anterior.

Por outro lado, características partidárias importantes demarcam a divisão entre as instâncias quanto ao financiamento partidário. Com respeito ao “governismo”, ou seja, os partidos que integraram a coalizão do governador, o efeito ao nível estadual foi muito elevado. Neste caso, pertencer a um partido governista elevou em 5,9 vezes a chance de o candidato obter financiamento de diretórios estaduais. Já ao nível nacional a variável não foi estatisticamente significativa. Assim, inferimos que partidos subnacionais sejam financeiramente mais capacitados para dar suporte material a seus candidatos quando possuem apoio do executivo estadual.

Do ponto de vista nacional, verificamos também uma diferença importante quanto ao tipo de organização. Os candidatos do PT, avaliado como um dos partidos mais organizados nacionalmente, apresentaram maior probabilidade (2,3 mais razão de chance) de investimento de diretório nacional em comparação aos demais partidos. Indicando também que o tipo de organização partidária, quanto à centralização de decisões estratégicas no processo eleitoral, influencia na alocação de recursos eleitorais. No Modelo B esta variável não foi estatisticamente significativa.

Dessa forma, em termos de força política não houve mudanças muito significativas entre partidos nacionais e estaduais, pois a força local e a nacional da organização apresentaram efeitos semelhantes no financiamento partidário. Entretanto, o posicionamento político subnacional elevou bastante a capacidade de financiamento no estado. E o tipo de partido, no caso de referência o PT, elevou a maior capacidade de financiamento partidário nacional aos candidatos.

Por último, a análise do ambiente eleitoral, no caso dos distritos selecionados, serviu-nos para comparar o peso do financiamento partidário nos estados.

Assim, tomando o estado de SP como a referência, os candidatos a deputado federal de Santa Catarina tiveram 2,6 mais chances de terem recebido financiamento nacional. No caso do Rio de Janeiro, por sua vez, a razão de chance foi bem menor, alcançando apenas 17% da de São Paulo. Ou seja, em Santa Catarina o peso do

financiamento nacional foi maior, mas os candidatos paulistas obtiveram maior atenção dos diretórios nacionais do que os cariocas. Rondônia e Piauí não tiveram coeficientes estatisticamente significativos.

Já em se tratando do financiamento partidário estadual, os candidatos paulistas tiveram maior suporte financeiro de suas legendas considerando todos os outros casos selecionados.

4. Considerações Finais

Uma preocupação recorrente dos analistas é o distanciamento entre partidos e sociedade. Como as doações privadas de indivíduos expressam o engajamento do cidadão no processo eleitoral¹⁶, a sua relevância quase residual no financiamento político é um sintoma da dependência financeira empresarial e pública pela qual os partidos passam. Ou seja, o quadro eleitoral de 2014 era demarcado pela pequena contribuição de pessoas físicas à receita partidária de um lado, e de outro pelo maior empoderamento financeiro dos partidos, via financiamento público e empresarial.

A partir desse cenário o artigo buscou responder três perguntas. Primeiro, questionamos se o financiamento partidário realmente importou no processo eleitoral. Neste sentido, vimos o quão fundamental é para os candidatos a deputado federal obter recursos partidários, principalmente nos maiores distritos eleitorais. O estado de Rondônia, considerando os casos selecionados, foi o que apresentou menor proporção do financiamento partidário sobre a receita dos candidatos. E mesmo assim esse peso representou quase trinta por cento da arrecadação.

A segunda questão dizia respeito aos maiores beneficiários do financiamento partidário. Vimos que os candidatos com elevado capital político atraíram mais recursos dos partidos. Aliás, dependendo do partido, a discrepância entre a distribuição do dinheiro partidário e a de outras fontes foi bem evidente. Por exemplo, PSDB e PMDB destinaram

¹⁶ SPECK (2010) traduziu bem esta perspectiva ao discutir a distribuição de vouchers aos eleitores, que poderiam direcioná-los a candidatos de sua preferência.

mais recursos a candidatos com elevado capital político em comparação ao investimento empresarial¹⁷.

A última questão visava a compreender uma possível lógica distributiva especializada entre as instâncias partidárias. Chegamos à conclusão de que há diferenças significativas entre diretórios nacionais e subnacionais quanto aos critérios estabelecidos para ajudar financeiramente as candidaturas. Pudemos mapear tais clivagens em aspectos político-institucionais e também socioeconômicos.

Quanto aos aspectos político-institucionais, primeiro ficou clara uma divisão de tarefas em termos de capital político. Candidatos com desempenho eleitoral reconhecido e influente na arena legislativa nacional tiveram maior probabilidade de serem financiados nacionalmente. Já para os diretórios estaduais estas características tiveram pouco efeito sobre suas decisões de investimento, pesando mais a lealdade partidária dos candidatos.

Em segundo lugar, quanto ao financiamento empresarial obtido pelos candidatos verificamos que elites empresariais e elites partidárias nacionais acabam por financiar os mesmos candidatos. Candidatos importantes para os partidos nacionalmente atraem recursos de grandes doadores de campanha.

Por último, vimos algumas diferenças importantes quanto à força eleitoral política dos partidos. Os candidatos lançados por partidos efetivos na Câmara dos Deputados (NEP) tendem a obter maior financiamento partidário nacional, entretanto, este efeito também é elevado subnacionalmente. Isso mostrou que partidos relevantes em nível nacional influenciam a arena eleitoral por meio de financiamento, seja por seus diretórios nacionais, seja pela sua organização estadual. Outro ponto, é que a força partidária nos estados pouco importou para as legendas financiarem campanhas. Elas terem eleito mais deputados federais na eleição anterior teve fraco efeito tanto para o financiamento partidário nacional, quanto para o estadual.

Assim, o que importou ao nível subnacional foi a legenda integrar a coalizão governista subnacional. Candidatos de partidos “governistas” obtiveram mais chance investimento do partido no estado, não sendo esta característica significativa em nível

¹⁷ Esta interpretação coaduna com os achados de Santos (2014) com respeito às eleições de 2010 para deputado federal no Rio de Janeiro, no qual o autor verificou uma tendência maior das empresas financiarem candidatos desafiantes em comparação ao financiamento partidário.

nacional. Por sua vez, pertencer ao PT exerceu maior efeito para o candidato obter financiamento partidário nacional, não sendo esta característica significativa ao nível subnacional. Demonstrando que o PT tem sua instância partidária nacional mais atenta às de candidaturas que lhe demandam recursos eleitorais, influenciando mais a esfera subnacional.

Quanto aos aspectos socioeconômicos, em termos comparativos ficou mais evidente que a característica profissional importou mais para diretórios subnacionais. Há aqui, a nosso ver, uma divisão de tarefas clara. Nacionalmente, cremos que o nível de disposição para a política da ocupação profissional dos candidatos exerça menor impacto, pois o que importa às legendas seria a profissionalização da carreira política, demarcada pela trajetória dentro da organização partidária. Indicando que a predisposição profissional à política teria maior efeito sobre estágios iniciais de recrutamento partidário, que predominantemente ficaria a encargo das instâncias subnacionais.

Considerando este argumento válido, as mulheres terem menos recursos partidários nacionais seria uma decorrência da consolidação da carreira política dos candidatos. Ou seja, as organizações são pouco abertas à participação das mulheres em postos relevantes no partido, o que se reflete em suas trajetórias e, por consequência, no escasso financiamento partidário, especialmente o de instâncias nacionais. Confirmando a importância da perspectiva sociológica quanto aos processos de recrutamento partidário.

Em resumo, consideramos que o artigo contraditou boa parte de uma produção acadêmica notabilizada por não identificar a importância estratégica das organizações partidárias na arena eleitoral. Entretanto, constatar que partidos em nível nacional financiam candidatos diferentes daqueles investidos pelas instâncias estaduais, é um argumento a ser explorado no sentido de que as legendas buscam influenciar de diversas maneiras a ordem de eleitos da sua lista de candidatos.

De maneira prospectiva, uma vez que novas regras eleitorais (fim do financiamento empresarial) se estabelecem, torna-se pertinente observar que o cálculo dos atores igualmente é redefinido. O debate proposto no artigo cumpre o papel de observar a lógica partidária de financiamento de campanhas, visando também compreender cenários eleitorais futuros no qual o dinheiro das legendas será ainda mais proeminente no processo eleitoral.

5. Referências bibliográficas

- ALVAREZ, M.L. Formação de elites & seleção de candidaturas: o “jardim secreto” da elaboração das listas partidárias. *Paper apresentado no XXXI Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2007.*
- AMES, B. “Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation”. *American Journal of Political Science*, vol.39, nº2, p.406-33, 1995.
- BRAGA, M. S. S. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, n. 2, p.454-485, 2008.
- BRAGA, M., VEIGA, L., MIRÍADE, A. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.24, n.70, 2009.
- CERVI, E. U. O uso do HGPE como recurso partidário em eleições proporcionais no Brasil: um instrumento de análise de conteúdo. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 17, no 1, Junho, 2011, p.106-136
- CODATO, A; COSTA, L. D.; MASSIMO, L. "Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 20, nº 3, p. 346-362, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762014000300346&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 fev. 2016.
- DUVERGER, M. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar/UnB, 1980.
- FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional. 2a edição, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- FIGUEIREDO FILHO, D.B. 2009. O elo corporativo? Grupos de interesse, financiamento de campanha e regulação eleitoral. Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco
- FREIDENBERG, F. e LOPES, F. S. “Como se escolhe um candidato a Presidente? Regras e Práticas nos partidos políticos da América Latina”. *Opinião Pública*, Campinas, vol.8, nº2, p.158-88, 2008.
- GALLAGHER, M. and MARSH, M. (eds). *Candidate Selection in Comparative Perspective: The Secret Garden of Politics*. London: Sage, 1988.
- GUARNIERI, F. Partidos, Seleção de Candidatos e Comportamento Político. Dissertação de Mestrado. DCP-USP, 2004.
- HAZAN, R. Candidate Selection. In: LEDUC, L.; NIEMI, R.G.; NORRIS, P. *Comparing Democracies 2: New Challenges in the Study of Elections and Voting*. London, Sage Publications, 2002.

- KATZ, R.; MAIR, P. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. *Party Politics*, London, v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995.
- LAAKSO, M.; TAAGEPERA, R. Effective Number of Parties: A Measure with Application to West Europe. *Comparative Political Studies*, vol. 12, n. 1, pp.3-27, 1979.
- MAINWARING, S. *Sistemas Partidários em Novas Democracias: o Caso do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- _____. "A democracia presidencialista multipartidária: o caso Brasil". *Lua Nova*, nº28-29, p. 21-74, 1993.
- MANCUSO W. P. "Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 23, nº 54, p. 155-183, jun. 2015.
- MARCELINO, D. 2010. Sobre dinheiro e eleições: um estudo dos gastos de campanha para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília.
- NEVES, A. C. (2010). Geografia do voto e conexão eleitoral nas eleições de 1994 a 2006 para Deputado Federal no Piauí. Dissertação de Mestrado, UFPI, 2010.
- NICOLAU, J. MO Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 49, n. 4, p. 689-720, 2006).
- PANEBIANCO, A. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo, Martins Fontes, 2005.
- RAHAT, G., HAZAN, R. Y. Candidate Selection Methods An analytical framework. *Political Studies*, Vol. 7. No.3 pp. 297-322, 2001.
- RUBIO, D.F. 2005. Financiamento de partidos e campanhas: fundos públicos vs. fundos privados. *Novos Estudos*, 73, pp. 6-16.
- SACCHET, T.; SPECK, B. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. *Opinião Pública*, v.18 (1), 2012.
- SAMUELS, David. Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil. *Dados*, vol. 40 no. 3 Rio de Janeiro 1997
- SANDES-FREITAS, V. E. V. de. Alianças partidárias nos estados brasileiros: das coligações às coalizões de governo (1986-2010). Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- SANTOS, Rodrigo D. Partidos na arena eleitoral: o financiamento das listas de candidatos a deputado federal no Rio de Janeiro em 2010. *Paraná Eleitoral* v. 3 n. 1 p. 133-169, 2014.

SANTOS, R. D. ; TRAVAGIN, L. B. . As eleições para prefeito no Rio de Janeiro: uma análise sobre partidos, coligações e a política subnacional. *Teoria & Pesquisa* (on line), v. 24, p. 121, 2015.

SARTORI, G. *Parties and party systems: a framework for analysis*. University of Essex: ECPR Press, 2005.

SPECK, Bruno Wilhelm. Três idéias para oxigenar o debate sobre dinheiro e política no Brasil. **Em Debate**: Belo Horizonte, v.2, n.3, p. 6-13, mar. 2010.

TAVARES, J. A. G. O problema do cociente partidário na teoria e na prática brasileiras do mandato representativo. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 42, n. 1 p.63-110, 1999.

VAN BIEZEN, I. Political Parties as Public Utilities. *Party Politics*, London, v. 10, n. 6, pp. 701–722, 2004.

6. ANEXO

O banco de dados foi organizado da seguinte forma. As linhas são as doações, ou seja, cada observação significa uma doação recebida pelo candidato. As colunas são as variáveis. Incluímos na base de dados as doações de todas as fontes de financiamento recebidas pelos candidatos a deputado federal. Em suma, as observações se referem à arrecadação financeira dos candidatos. Como já informado no início do artigo, os estados selecionados foram: SP, RJ, SC, PI e RO.

6.1. Variáveis do Modelo de Regressão Logística

6.1.1. Capital Político

Esta variável foi criada com base na combinação do desempenho eleitoral de duas campanhas: 2010 e 2014. A construção dessa variável foi explicada na seção “3.3. *Análise do Capital Político dos candidatos*”. É uma variável categórica.

6.1.2. DIAP (*dummy*)

Esta uma variável *dummy* que indica se o candidato entre 2011 e 2014 foi apontado ou não pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) como “cabeça” do Congresso em pelo menos um ano. O DIAP é reconhecido por realizar uma publicação de grande relevância no meio político que lista os protagonistas do processo decisório nacional. O objetivo da variável é estabelecer uma *proxy* da relevância política do candidato na arena legislativa.

QUADRO 4 - Características políticas do candidato

Variável	Modelo	Descrição	Doação Partidária				Estatísticas			
			Não	%	Sim	%	Total	Cramer's V	Pearson Chi-Square	Approx. Sig.
Capital Político	Mod-A (Nacional)	Capital Constante	5464	0,41	7788	0,59	13252	0,4152	9075,257a	0,000
		Capital Antigo	1464	0,46	1731	0,54	3195			
		Capital Novo	5356	0,71	2135	0,29	7491			
		Sem Capital	24362	0,85	4341	0,15	28703			
		Total	36646	0,70	15995	0,30	52641			
	Mod-B (SubNacional)	Capital Constante	1505	0,11	11747	0,89	13252	0,1217	780,084a	0,000
		Capital Antigo	369	0,12	2826	0,88	3195			
		Capital Novo	934	0,12	6557	0,88	7491			
Sem Capital		5976	0,21	22727	0,79	28703				
	Total	8784	0,17	43857	0,83	52641				
DIAP	Mod-A (Nacional)	non DIAP	35748	0,75	12231	0,25	47979	0,3413	6130,985a	0,000
		DIAP	898	0,19	3764	0,81	4662			
		Total	36646	0,70	15995	0,30	52641			
	Mod-B (SubNacional)	non DIAP	8442	0,18	39537	0,82	47979	0,0782	321,700a	0,000
		DIAP	342	0,07	4320	0,93	4662			
		Total	8784	0,17	43857	0,83	52641			
Lealdade	Mod-A (Nacional)	Partido diferente	2359	0,75	775	0,25	3134	0,2155	918,538a	0,000
		Mesmo Partido	7620	0,46	9030	0,54	16650			
		Total	9979	0,50	9805	0,50	19784			
	Mod-B (SubNacional)	Partido diferente	482	0,15	2652	0,85	3134	0,0141	3,933a	0,047
		Mesmo Partido	2336	0,14	14314	0,86	16650			
		Total	2818	0,14	16966	0,86	19784			

6.1.3. Lealdade (*dummy*)

Esta variável é uma *dummy* que mostra se o candidato participou ou não na eleição anterior pelo mesmo partido que concorreu em 2014. O objetivo é demonstrar se o político não migrou de partido, indicando assim uma certa lealdade à legenda.

6.1.4.- Gênero (Masculino e Feminino)

Dentro da abordagem de trabalhos recentes que confirmam o menor incentivo às mulheres à política (SACCHET & SPECK, 2012) incluímos essa variável para mensurar as razões de chance de o gênero influenciar o financiamento partidário.

6.1.5.- Disposição para a política (Profissões)

Esta variável *dummy* foi construída com base nas características profissionais dos candidatos, inspirando-se na classificação feita por Codato, Costa e Massimo (2014). Originalmente os autores dividiram as profissões em a) carreira flexível; b) status social e c) afinidade com a atividade política. A profissão que combina estas três características

ao mesmo tempo é classificada como tendo uma “Alta Disposição” para a política. São exemplos desta categoria os profissionais liberais e funcionários públicos. Portanto, esta variável mostra se candidatos tem ou não esta característica profissional de “Alta Disposição” para a política.

QUADRO 5 - Características socioeconômicas do candidato

Variável	Modelo	Descrição	Doação Partidária				Estatísticas						
			Não	%	Sim	%	Total	Cramer's V	Pearson Chi-Square	Approx. Sig.			
Gênero	Mod-A (Nacional)	Masculino	30479	0,69	13694	0,31	44173	0,0306	49,225a	0,000			
		Feminino	6167	0,73	2301	0,27	8468						
		Total	36646	0,70	15995	0,30	52641						
	Mod-B (SubNacional)	Masculino	7484	0,17	36689	0,83	44173				0,0157	12,931a	0,000
		Feminino	1300	0,15	7168	0,85	8468						
		Total	8784	0,17	43857	0,83	52641						
Disposição Política (Profissão)	Mod-A (Nacional)	non Alta	13907	0,79	3708	0,21	17615	0,1439	1090,600a	0,000			
		Alta	22739	0,65	12287	0,35	35026						
		Total	36646	0,70	15995	0,30	52641						
	Mod-B (SubNacional)	non Alta	3346	0,19	14269	0,81	17615				0,0439	101,488a	0,000
		Alta	5438	0,16	29588	0,84	35026						
		Total	8784	0,17	43857	0,83	52641						

6.1.6.- Grande doador empresarial (dummy)

É uma variável *dummy* feita com base no volume de dinheiro investido pelas empresas no processo eleitoral. O cálculo foi feito por meio da fórmula de fragmentação partidária (NEP)¹⁸. Aqui calculamos as empresas financeiramente “efetivas” na campanha e as denominamos de “Grande Doador Empresarial”. Portanto, esta variável indica se o candidato recebeu ou não contribuições de firmas que se destacaram no financiamento empresarial

6.1.7.- PT (dummy)

É uma variável *dummy* que indica se o candidato pertencia ou não ao Partido dos Trabalhadores. O objetivo é estimar se o PT, reconhecidamente na literatura especializada como um partido bastante organizado, em comparação aos demais partidos apresenta estratégias diferentes de financiamento partidário.

¹⁸ O mesmo cálculo foi realizado para analisar o desempenho eleitoral de candidatos e construir a variável Capital Político. Utilizamos a fórmula de fragmentação partidária ($1/\sum p_i^2$) criada por Laakso e Taagepera (1979).

QUADRO 6 - Características do financiamento político do candidato

Variável	Modelo	Descrição	Doação Partidária					Estatísticas		
			Não	%	Sim	%	Total	Cramer's V	Pearson Chi-Square	Approx. Sig.
Grande Doador	Mod-A (Nacional)	Non NEP	2910	0,61	1829	0,39	4739	0,0790	30,679a	0,000
		NEP	70	0,40	103	0,60	173			
		Total	2980	0,61	1932	0,39	4912			
Empresarial	Mod-B (SubNacional)	Non NEP	584	0,12	4155	0,88	4739	0,0344	5,800a	0,016
		NEP	32	0,18	141	0,82	173			
		Total	616	0,13	4296	0,87	4912			

6.1.8.- Partido Efetivo – NEP (dummy)

É uma variável *dummy* feita com base no número de cadeira que o partido político obteve na votação para Câmara dos Deputados em 2010. A exemplo das variáveis “Capital Político” e “Grande Doador Empresarial”, o cálculo foi criado por meio da fórmula de fragmentação partidária (NEP) criada por Laakso e Taagepera (1979). Demonstramos nesta variável, portanto, se o partido do candidato foi efetivo na campanha anterior (2010).

6.1.9.- Força Partidária

Esta variável calculou a porcentagem de deputados federais eleitos no estado na campanha anterior (2010). Ou seja, indica a força eleitoral partidária para eleger deputados federais no estado. Esta variável originalmente contínua foi categorizada em quartis, sendo o quartil 4 o que congrega os partidos com maior porcentagem de deputados federais eleitos no seu respectivo estado em 2010.

6.1.10.- Governismo (dummy)

É uma variável *dummy* que mostra se o partido integra ou não a chapa eleitoral majoritária apoiada pelo governador. Dessa forma buscamos inferir se este partido está alinhado à base governista no estado, considerando a importância da força política do governador nas campanhas subnacionais.

QUADRO 7 - Características do partido do candidato

Variável	Modelo	Descrição	Doação Partidária					Estatísticas		
			Não	%	Sim	%	Total	Cramer's V	Pearson Chi-Square	Approx. Sig.
PT	Mod-A (Nacional)	non PT	31238	0,77	9569	0,23	40807	0,2764	3823,606a	0,000
		PT	4073	0,44	5167	0,56	9240			
		Total	35311	0,71	14736	0,29	50047			
	Mod-B (SubNacional)	non PT	7379	0,18	33428	0,82	40807	0,0571	163,384a	0,000
		PT	1159	0,13	8081	0,87	9240			
		Total	8538	0,17	41509	0,83	50047			
Partido Efetivo	Mod-A (Nacional)	Non NEP	12180	0,83	2538	0,17	14718	0,2108	2002,096a	0,000
		NEP	18782	0,62	11552	0,38	30334			
		Total	30962	0,69	14090	0,31	45052			
	Mod-B (SubNacional)	Non NEP	3885	0,26	10833	0,74	14718	0,1519	1039,714a	0,000
		NEP	4231	0,14	26103	0,86	30334			
		Total	8116	0,18	36936	0,82	45052			
Força Partidária	Mod-A (Nacional)	Quartil 1	7508	0,79	1948	0,21	9456	0,3171	4107,327a	0,000
		Quartil 2	7828	0,76	2432	0,24	10260			
		Quartil 3	8239	0,71	3309	0,29	11548			
		Quartil 4	3935	0,41	5660	0,59	9595			
		Total	27510	0,67	13349	0,33	40859			
	Mod-B (SubNacional)	Quartil 1	1831	0,19	7625	0,81	9456	0,1810	1338,964a	0,000
		Quartil 2	1602	0,16	8658	0,84	10260			
		Quartil 3	3025	0,26	8523	0,74	11548			
		Quartil 4	703	0,07	8892	0,93	9595			
		Total	7161	0,18	33698	0,82	40859			
Governismo	Mod-A (Nacional)	non	19909	0,69	8976	0,31	28885	0,0165	14,402a	0,000
		Governista	16737	0,70	7019	0,30	23756			
		Total	36646	0,70	15995	0,30	52641			
	Mod-B (SubNacional)	non	6808	0,24	22077	0,76	28885	0,2035	2181,020a	0,000
		Governista	1976	0,08	21780	0,92	23756			
		Total	8784	0,17	43857	0,83	52641			

6.1.11. UF

Indica o estado no qual o financiamento de campanha se desenvolveu. Esta variável nos ajudará a identificar a maior razão de chance de o financiamento partidário ocorrer, considerando cada estado selecionado.

QUADRO 8 - Ambiente da competição eleitoral. Casos Selecionados

Variável	Modelo	Descrição	Doação Partidária				Estatísticas			
			Não	%	Sim	%	Total	Cramer's V	Pearson Chi-Square	Approx. Sig.
UF	Mod-A (Nacional)	PI	1733	0,59	1205	0,41	2938	0,2051	2214,568a	0,000
		RJ	11582	0,85	2079	0,15	13661			
		RO	1452	0,77	428	0,23	1880			
		SC	1660	0,60	1091	0,40	2751			
		SP	20219	0,64	11192	0,36	31411			
		Total	36646	0,70	15995	0,30	52641			
	Mod-B (SubNacional)	PI	617	0,21	2321	0,79	2938	0,2037	2186,121a	0,000
		RJ	3472	0,25	10189	0,75	13661			
		RO	615	0,33	1265	0,67	1880			
		SC	656	0,24	2095	0,76	2751			
SP		3424	0,11	27987	0,89	31411				
	Total	8824	0,17	43857	0,83	52681				